

Empresários já esperavam e aplaudiram novo pacote

Ao contrário do lançamento do Plano Cruzado mantido em sigilo até a última hora, os nós do barbante desse novo pacote foram desatados com antecedência nos luxuosos gabinetes do empresariado nacional. Apesar das metas que seriam anunciadas ontem à noite pelo Presidente Sarney estarem criando grande expectativa na população comum, no início da tarde não havia o menor clima de ansiedade num suntuoso escritório do último andar do edifício nº 57 da rua Buenos Aires. Lá estava o presidente do Sindicato dos Bancos, Teófilo de Azevedo Santos, desempenhando com tranquilidade sua função de presidente do Conselho de Administração do Banco de Minas Gerais.

Com o pacote quase inteiramente desembrulhado, ele aplaudia e considerava o vazamento das medidas como "intencional". Uma oportunidade para captar a repercussão em tempo de aperfeiçoá-las. Afinal, não havia qualquer risco de uma corrida capaz de desequilibrar o quadro econômico atual. Teófilo lembrava o rigoroso "esquema de segurança" para o lançamento do Cruzado: "Foi tão rigoroso que muita gente boa deixou de sacar dinheiro nos bancos".

Na concepção de Teófilo, o Governo foi corajoso ao eleger setores que alcançam a classe média e a classe de renda mais alta para aplicar as taxas compulsórias. Mesmo assim, o "chairman" do BMG mantinha sua mineirice. Ressalvava aprovar a forma proposta por Sarney desde que seguida de três medidas: contenção dos gastos públicos, venda de empresas estatais e fechamento daquelas organizações do Estado que não geram benefício social ou econômico, ou ainda cujas funções já são satisfatoriamente exercidas por outras entidades.

Ele se colocava na arquibancada dos torcedores por um placar favorável ao plano, visando aos interesses de própria categoria. Antes, explicou que o sistema bancário será atingido positivamente na medida em que a estabilidade de preços leva à redução das taxas da aplicação pela menor exigência de remuneração na captação. Ou seja, o sucesso das medidas levará naturalmente à redução das taxas de juros. Ele demonstrava dúvidas quanto ao resultado de criação da nova caderneta de poupança com taxas flutuantes e variáveis em cada banco.

— Os que tiveram custos mais baixos poderão oferecer remuneração melhores, pois o custo do dinheiro vai ser transferido para o financiamento. Afinal, se posso captar a uma taxa menor, só posso emprestar a uma taxa menor. Mas se tenho um custo menor, posso aumentar a remuneração do cliente.

O presidente do Conselho de Administração do BMG demonstrava estranheza apenas pelo fato de que houvesse

permissão para qualquer empresa lançar letras hipotecárias garantidas pelo Banco Central. Mesmo para captar recursos para o Sistema Financeiro da Habitação.

— Abriria um mercado enorme porque a garantia do Banco Central daria a essa letra segurança e liquidez. Alargaria consequentemente o setor da construção civil que contempla várias outras atividades econômicas e é um grande captador da mão-de-obra. Haveria um boom na construção civil. Mas o Banco Central carregaria a enorme responsabilidade pela assunção do risco da emissão desses papéis.

Na Verolme, que arca sozinha com 60% das encomendas no setor da indústria de construção naval — principal atividade econômica do Rio de Janeiro — atualmente com US\$ 402 milhões referentes a contratos em carteira, o rumo das conversas era levado pela maré do consumo. O vice-presidente do Conselho de Administração de empresa, Marcos Pereira Vianna, dizia que já vinha comentando há algum tempo, "em conversas internas", a necessidade o Governo tomar medidas para conter o consumo onde ele estivesse exageradamente aquecido e simultaneamente conduzisse a um aumento da poupança orientada para investimentos.

Vianna garantia que a preocupação do empresário é a mesma do Governo e por isso considerava como um tiro na mosca as taxações diretamente em cima do consumo "conspícuo". Apoiava irremetitamente o novo pacote lamentando apenas que "em termos específicos" as medidas governamentais adotadas são rigorosamente neutras para a Verolme.

Mais próximo da população urbana, que caminha pelas ruas, o vice-presidente da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário Leste Meridional do Brasil, José Francicisco Caetano ainda alimentava uma expectativa: saber se a compra de ônibus sofreria taxação. Quanto às taxas sobre o álcool e a gasolina, considerava-as fora de sua seara. Ele ponderava que 25% não é um percentual bastante para levar o usuário do carro de passeio a adotar o ônibus como meio de transporte. O que deve ocorrer é uma retração no uso do carro para lazer. Caetano acreditava, ontem, que o novo pacote seria ingerido sem a menor dificuldade:

— Não mexeu na folha de pagamento, não mexeu no óleo diesel, não morde tanto...

Ou seja, para o setor, o pacote não pesa nem presenteia. Nem o item referente às letras hipotecárias. Como se destinam a empresas de capital aberto, as de transporte não têm vez.

— Mesmo porque, hoje seria meio difícil convencer alguém a aplicar seus recursos no transporte coletivo.